

ELEMENTOS RELIGIOSOS DA ASCENSÃO DE D. JOÃO I AO PODER: O MESSIAS, O POVO E A CIDADE DE LISBOA

ADRIANA MARIA DE SOUZA ZIERER*

Neste artigo, busco compreender os elementos religiosos empreendidos pelo cronista Fernão Lopes para legitimar a figura de D. João I, em Portugal. É importante recordar a condição de “filho natural”, isto é bastardo, do Mestre de Avis, que conseguiu ascender ao poder político no momento da chamada Crise de 1383-1385, após a morte do rei D. Fernando (1367-1383), da dinastia de Borgonha, o qual faleceu sem deixar herdeiros masculinos. Diante disso, a viúva, Leonor Teles pretendia assumir o trono e também o seu genro, o rei D. João de Castela¹.

D. João de Portugal, com apoio de nobres secundogênitos e de membros das cidades conseguiu ascender ao poder político, iniciando uma nova Dinastia, a de Avis. Neste sentido o relato do cronista Fernão Lopes tem por objetivo justificar o novo grupo político no poder, motivo pelo qual apresenta este monarca como o “Messias de Lisboa”².

Para Fernão Lopes uma série de elementos irão confirmar a eleição de D. João como rei:

a) A escolha divina de D. João através do carisma do poder, o que era atestado através de sinais e milagres, os quais são apresentados na crônica.

* Professora Adjunta do Departamento de História e Geografia da Universidade Estadual do Maranhão. Docente do Mestrado em História, Ensino e Narrativas (PPGHEN-UEMA) e do Mestrado em História Social (PPGHIS-UFMA). Coordenadora dos laboratórios de Pesquisa *Brathair* – Grupo de Estudos Celtas e Germânicos e *Mnemosyne* – Laboratório de História Antiga e Medieval. Pesquisa inserida no projeto universal *Memória, Educação e Salvação na Idade Média* (Financiamento FAPEMA).

¹ Depois de uma das guerras entre Portugal e Castela foi assinado o Tratado de Salvaterra dos Magos (1383). Entre as disposições era estabelecido que o futuro herdeiro de D. João de Castela e de D. Beatriz, filha do monarca luso, seria o futuro rei de Portugal. No entanto, com a morte de D. Fernando em 1383, a jovem Beatriz tinha apenas dez anos de idade e ambos não tinham ainda filhos. Boa parte da nobreza tradicional portuguesa apoiava a vinda do rei castelhano para ser o novo monarca de Portugal.

² Nieto Soria afirma que na Península Ibérica em momentos de crise se acreditou na vinda de um rei com características messiânicas para realizar uma empresa desejada, tendo aproximações com os reis do Antigo Testamento. Eram considerados escolhidos para realizar uma determinada tarefa, agindo como instrumentos do divino. Ver SORIA, 1988, p. 71-77. Sobre os elementos messiânicos de D. João em Portugal, cf. VENTURA, 1992.

b) a preocupação com os “miúdos” e o fato desses próprios miúdos terem escolhido D. João como governante, devido ao seu amor à terra, incentivando então um nascente sentimento de nacionalidade.

c) O fato de D. João se tornar um rei ideal que instaura um *novo período de felicidade*, o que na *Crónica de D. João I* é chamado de a *Sétima Idade*.

O medievalista Jacques Le Goff (1994: 358-359) salientou sobre a História Política a importância não dos “grandes homens” e a mera descrição de fatos, mas o estudo sobre o poder, muitas vezes expresso nos seus símbolos. Afirmou ainda no artigo “A História Política continua sendo a espinha dorsal da História” que na Idade Média o político é uma “província do sagrado” (1994: 357).

A dinastia de Avis com a sua ascensão ao poder no século XV teve um propósito de fortalecimento de sua imagem, investindo na produção de livros e de obras voltadas à educação dos dirigentes (FRANÇA, 2006). Neste sentido foi feita toda uma produção conhecida como Prosa de Avis, ou no dizer de Fróes (1993), o chamado “discurso do Paço”. Através dessas obras procurou-se construir uma ideia de nobreza e de monarca ideal.

Membros próximos de D. João, como ele próprio, e seus filhos D. Duarte (1433-1438), seu sucessor, e o Infante D. Pedro, que foi regente após a morte precoce de D. Duarte, compuseram livros. D. João traduziu um livro de horas da Virgem (CDJ, 1990, II: 2) e é o produtor do *Livro de Montaria* (ZIERER, 2012b), motivo pelo qual é chamado por Saraiva (1976: 58) de “o mais culto dos reis portugueses”. Já D. Duarte escreveu o *Leal Conselheiro* e o *Livro de Ensinança de Cavalgar Toda Sela* e D. Pedro redigiu o *Livro da Virtuosa Benfeitoria* (MONGELLI, 2001: 155-384; FRANÇA, 2006).

Além disso, o discurso dessa dinastia também valorizou a família do fundador através do conceito da Inclita Geração, isto é, os filhos de D. João, os quais também teriam boas qualidades. Nesses escritos, D. João e sua esposa D. Filipa, de ascendência inglesa, são vistos como modelos de comportamento ideal, bons cristãos, justos, humildes, caridosos, bem como seus filhos. A *Crónica de D. João I* se insere nesta exaltação de D. João e sua descendência.

No sentido de valorizar as virtudes da nova dinastia e sua vinculação aos soberanos do passado, D. Duarte, filho e sucessor do primeiro monarca avisino, encomendou a Fernão

Lopes a composição das crônicas de todos os reis de Portugal em 1418, tarefa para a qual o cronista receberia uma *tença* anual.

Está confirmada a autoria de Lopes sobre as crônicas de D. João I e seus antecessores da Dinastia de Borgonha: seu pai, o rei D. Pedro (1357-1367) (*Crônica de D. Pedro*) e seu meio-irmão, o rei D. Fernando, primogênito de D. Pedro (*Crônica de D. Fernando*). Já nesses relatos Lopes busca fazer um contraponto e mostrar D. João como um rei melhor que os antecessores.

Os filólogos também atribuem a Lopes a autoria de uma obra anônima chamada *Crônica dos Sete Primeiros Reis de Portugal* ou *Crônica de 1419* (AMADO, 1993). Fernão Lopes também seria o responsável pela terceira parte da *Crônica de D. João I*, relato que foi incorporado por Zurara na *Crônica da Tomada de Ceuta*. O cronista foi aposentado em 1449 com a justificativa que estaria “velho e fraco”, mas parece que era partidário do Infante D. Pedro no conflito que teve com seu sobrinho, o rei D. Afonso V (1448-1481), que levou à morte do primeiro³. Por este motivo, segundo Monteiro (1988: 92, nt10) e Saraiva (1988:167) é que teria ocorrido a aposentadoria de Lopes.

A *Crônica de D. João I* foi composta entre os anos de 1440-1448, pouco após o falecimento do rei, que ocorreu em 1433. Possui um relato vivo e movimentado, segundo Monteiro (1988). O autor dialoga com os leitores através de vários índices de oralidade (ZUMTHOR, 1993), que denotam a vocalidade e a comunicação com o público. Percebemos a presença da voz, por exemplo, nesta parte, referente ao cerco de Lisboa pelos castelhanos,: “estando a cidade assim cercada, na maneira *como já ouvistes*, gastavam-se os mantimentos cada vez mais” (CDJ, 1990, I: 305) (grifos nossos).

Ainda que só tenha sido publicada em 1644, o relato já era conhecido e serviu para educação de nobres e príncipes, além de possivelmente ter sido declamado em locais públicos, como praças, feiras, ruas em determinados momentos do ano (ZIERER, 2012: 279-280).

O relato de Lopes influenciou a concepção sobre este rei no passado e no presente. Quinze anos após a morte do monarca, Garcia de Resende já se referia a ele como o “rei da

³ Durante a menoridade de Afonso V, filho e sucessor de D. Duarte, o infante D. Pedro assumiu a regência, tendo sido morto por partidários do monarca na Batalha de Alfarrobeira (1449), devido a intrigas criadas entre ambos pelos nobres.

Boa Memória”, termo que aparece na crônica ao fundador da dinastia. Mesmo na historiografia lusa da atualidade D. João é visto como um bom governante, sinal de que as ideias do cronista persistiram e deram frutos (ZIERER, 2012; ZIERER, 2015)

O cronista Fernão Lopes possuía origem humilde e exerceu o cargo de Guarda-Mor da Torre do Tombo, o que equivaleria a chefe do arquivo do Estado. Preocupava-se em atestar a veracidade das fontes, chegando ir a túmulos para consultar inscrições.

No entanto, o seu relato é partidário da Dinastia de Avis (FERREIRA, 1995), ao contrário do que ele afirma na sua crônica: que contaria a “nua” verdade, sem floreios, sendo diferente de outros cronistas do seu tempo (CDJ, 1990, I: 3). Lopes se utiliza da retórica para o convencimento (MALEVAL, 2010). Ele se inspira na *Bíblia*, em sermões, hagiografias e em autores da Antiguidade na sua escrita.

Um dos destaques do relato é a participação popular e o apreço que os “miúdos”, chamados por ele de “verdadeiros portugueses”, possuíam por D. João. Essas pessoas de condição social inferior apoiavam o Mestre de Avis e de acordo com a crônica são o “povo do messias de Lisboa”⁴.

Em oposição aos primeiros estariam os “enxertos tortos” da oliveira portuguesa (ou “maus portugueses”, principalmente a nobreza portuguesa tradicional, apoiante de D. João de Castela, ou os “grandes”). Rivalizando com o “messias de Lisboa”, eleito de Deus, segundo Lopes, temos o “Anticristo”, identificado com o rei D. João de Castela (CDJ, 1990, I, cap. 123) e que neste momento apoiava o papa de Avignon, num contexto de Cisma do Ocidente⁵.

A crônica busca justificar a ascensão de D. João ao poder por estar próximo do “povo”, da “causa portuguesa” e por ter sido escolhido por Deus. Pode-se apontar uma verdadeira divisão entre os bons, apoiantes do Mestre de Avis e futuro monarca luso, identificados com o nobre secundogênito Nuno Álvares Pereira e com a população portuguesa, em geral, *versus* os maus portugueses, como a viúva D. Leonor e o rei D. João de Castela (ZIERER, 2015: 130). Para Lopes D. Leonor era aleivosa, uma mulher bonita, mas

⁴ “Os grandes aa primeira escarneçemdo dos pequenos, chamavõ-lhe *pobboo do Mexias de Lisboa*, que cuidavam que os avia de rremiir da sogeiçõ delRei de Castela” (CDJ, 1990, I: 86) (grifo nosso).

⁵ Momento de Crise na Cristandade (1378-1417) com papas em Roma, Avignon e também em Pisa no mesmo momento, todos os três buscando provar a sua legitimidade. Ver: COMBY, 1996, p. 174-176.

má (CDJ, 1990, I: 39) e teria traído o rei D. Fernando com o nobre castelhano João Fernandes Andeiro, morto por D. João.

Já o rei de Castela, além de mau cristão, por ser apoiante do papa de Avignon, seria cruel: teria mandado decepar as mãos de adultos e crianças e incendiar igrejas, como a de S. Marcos, em Trancoso, antes da Batalha de Aljubarrota (CDJ, 1990, II: 64). Por todos esses motivos, o monarca castelhano não teve a vitória contra D. João de Portugal, o eleito de Deus, na visão de Lopes.

Um elemento importante no discurso lopesiano, estudado por Rebelo (1983) é o carisma do poder. Através deste carisma, elementos não legítimos supririam a falta do carisma de sangue (isto é, ser filho legítimo de um monarca) pelo carisma de poder, expresso pela vontade popular e pela escolha divina.

Um traço a destacar essa escolha por Deus são os milagres que ocorrem relacionados a D. João. O primeiro elemento que aponta o milagre é a previsão feita por um emparedado, de origem castelhana que sai da Terra Santa devido a um sonho e se dirige para Portugal. Lá ele passa a fazer muitos milagres e é visitado por D. João.

Lopes, com base em *O Sonho de Cipião* procura explicar e diferenciar as falsas interpretações das interpretações divinas. Para o cronista, as revelações de Frei da Barroca se encontram entre visão, oração e sonho (ZIERER, 2016: 294). O frei seria como uma espécie de profeta que anuncia um messias, D. João. Diz ao Mestre de Avis que este e seus descendentes seriam os reis de Portugal (CDJ, 1990, I: 49).

Outros milagres importantes na crônica são explicados pelo discurso de dois frades franciscanos. Frei Rodrigo de Cintra faz um discurso após o cerco de Lisboa, em 1384, na primeira parte da crônica, cujos elementos serão explicados a seguir. Posteriormente frei Pedro faz outro importante discurso após a Batalha de Aljubarrota, em 1385.

Sobre o cerco de Lisboa ocorreu quando o rei de Castela impôs um pesado cerco ao reino luso, deixando a população sem ter como se alimentar. Neste sentido, a cidade de Lisboa vai ser personificada e louvada como personagem. Segundo Lopes, ela era “viúva de rei”, “mãe e esposa”, ocorrendo uma analogia entre cidade e a Virgem Maria, cidade e Igreja Católica, cidade e reino luso e ainda, cidade e povo português.

De acordo com Amado (1997: 214) a cidade se transforma em heroína que no seu sacrifício ao Mestre oferece o povo inteiro e mostra que o merece como governante. Lopes ressalta a divisão do povo português entre os bons e maus portugueses, sendo o cerco o símbolo de provação dos eleitos, que através de privações irão provar o seu merecimento em serem governados pelo messias de Lisboa, eleito logo depois como rei nas cortes de Coimbra, em 1385. A cidade seria ainda “um microcosmos de afetos e emoções [...] onde estariam representados todos os verdadeiros portugueses” (AMADO, 1997: 34).

Através do uso da prosopopeia, a personificação de um sujeito ambigualmente singular e plural, o cronista se utilizou da alegoria conjugal cristã Jerusalém Celeste/Igreja, reavivando o sentimento de permuta, serviço (completado com sacrifício) e proteção (AMADO, 1997: 37-38).

Trevisan (2012: 222-223) afirma que como D. João não era casado por ocasião do cerco, a cidade de Lisboa assumiu a função de esposa, rezando pela sua saúde; assim como é citado na crônica que D. Beatriz, esposa de D. João de Castela teria rezado por seu marido antes das batalhas.

Lopes explica a provação sofrida por Lisboa e seus habitantes no cerco. Neste sentido, faz um comovente relato das crianças pequenas indo às casas implorar o pão⁶. O povo chora, se arrepende de seus pecados e reza pela misericórdia divina. Após um primeiro momento em que parece que as preces não são atendidas (provação dos eleitos), Deus escuta e envia a confirmação das preces através dos milagres.

Um primeiro milagre no cerco é o aparecimento da chuva de cera que cai do céu. Além disso, apareceram também anjos (CDJ, 1990, I: 213). Por fim, um dos flagelos enviados por Deus durante o confronto é a peste. Mas esta não atingia os portugueses, ainda que os castelhanos, de acordo com o texto, colocassem portugueses prisioneiros junto aos infectados (CDJ, 1990, I: 311).

⁶ “**Andavom os moços de tres e de quatro anos, pedimdo pam pella cidade por amor de Deos**, como lhes emssinavam suas madres; e muitos nom tiinham outra cousa que lhe dar senom lagrimas que com elles choravom que era triste cousa de veer; e se lhes davom tamanho pam come hũa noz, aviamno por grande bem.” (CDJ, 1990, I: 307) (grifo nosso).

Frei Rodrigo de Cintra explica os elementos do milagre, comparando-os com milagres bíblicos. Um deles é o referente ao rei Ezequias, quando Jerusalém foi cercada por Senaqueribe, rei de Assur. Naquele momento, o “anjo da morte” tirou a vida de cento e oitenta e cinco mil homens. Assim, Senaqueribe fugiu somente com dez homens, com grande espanto e temor (CDJ, 1990, I: 317).

O frei também se refere ao milagre de Judith e a cidade de Betúlia, que sofreu o ataque do rei Olorfenes. Judith embebedou o rei e cortou a sua cabeça. Frei Rodrigo, portanto apresenta exemplos da proteção aos eleitos de Deus e a sua vitória. Sintetizando esses milagres, o cronista afirma que aqueles que lutaram em favor de D. João eram “mártires”.

Nos capítulos 159 a 162 da primeira parte, a expressão “mártires”, aparece onze vezes. Outras expressões ligadas aos bons portugueses estão associadas ao vocábulo “apóstolos” (duas menções) e “discípulos” (uma menção). Já as referências aos castelhanos nos mesmos capítulos os identificam com maus cristãos por serem “induzidos por Satanás” e “enxertos tortos” (uma menção de cada expressão), além de serem “adoradores de ídolos” (duas menções) (ZIERER, 2016: 301-302).

O cronista afirma também que D. João levaria todo o povo luso a seguir o “verdeiro papa”, o papa de Roma, o que estabeleceria o chamado “Evangelho Português” no reino, sendo os condutores desse evangelho o próprio D. João, identificado com Cristo e com Moisés e Nuno Álvares Pereira, seu comandante militar, associado a S. Pedro (REBELO, 1983; ZIERER, 2014: 52-53; ZIERER, 2016: 302).

Em outros momentos da narrativa, ambos são apresentados como predestinados e modelos respectivamente de nobre e rei ideal. D. Nuno é bom cristão, caridoso e suas qualidades podem ser expressas na expressão “estrela da manhã”, de acordo com Lopes. Já D. João era igualmente bom cristão, além de ser justo. Castigava “mansa e benignamente”, de acordo com o cronista.

Num contexto marcado pelo medo do final dos tempos em virtude da Peste Negra, problemas nas plantações e aumento de preços, D. João é visto por grupos com tendência joaquimita em Portugal como uma espécie de Imperador dos Últimos Dias que traria um novo tempo (ZIERER, 2015).

Este novo momento de felicidade era identificado pelo cronista com a chamada *Sétima Idade*. Enquanto outros autores medievais como Beda e Santo Agostinho dividiam o mundo em seis idades, sendo a sexta já uma “idade decrépita” e próxima do Juízo Final, Fernão Lopes apresenta a Dinastia de Avis com inauguradora de uma nova era, na qual elementos de categoria inferior seriam nobilitados. O Juízo Final, segundo esta visão, viria em data incerta (REBELO, 1983, GUIMARÃES, 2008; ZIERER, 2015; ZIERER, 2016).

Um novo momento de milagre é, no discurso de Lopes, a Batalha de Aljubarrota (1385), quando apesar de possuir um exército menor, Portugal obteve a vitória. Segundo os historiadores lusos, isso ocorreu devido a uma melhor tática militar empregada pelo exército português, associado ainda aos besteiros ingleses (MARQUES, 1986; COELHO, 2008).

Mas o cronista viu isso como o maior exemplo possível de milagre. Antes da Batalha os lusos procuraram fazer ações que agradassem a Deus (Quadro 1):

D. JOÃO DE PORTUGAL	D. JOÃO DE CASTELA
PROÍBE PRÁTICAS PAGÃS E MANDA REZAR MISSAS	ATACA IGREJAS EM PORTUGAL CORTA LÍNGUAS E DECEPA MÃOS
APELA PARA S. JORGE E A VIRGEM MARIA	APELA PARA SANTIAGO
ORAÇÕES OUVIDAS EM VIRTUDE DE SEGUIR O TRATADO DE SALVATERRA DOS MAGOS	ORAÇÕES NÃO SÃO OUVIDAS, SEGUNDO LOPES, POR NÃO TER RAZÃO

Quadro 1. Ações dos Reis antes da Batalha de Aljubarrota.

Fonte: A autora

As ações estão ligadas à religiosidade cristã. D. João manda realizar procissões e proíbe práticas pagãs no reino, como a leitura de sortes, adivinhações, entre outras (CDJ, 1990, II: 101). Além disso, apela para S. Jorge e para a Virgem Maria, pedindo que os auxiliassem no combate. Já D. João de Castela, conforme já relatado, tomava verdadeiras atitudes de mau cristão, apoiador de um papa “cismático”, segundo Lopes, além de atacar

inocentes, mandando cortar as mãos e línguas de pessoas, inclusive crianças, além de mandar incendiar igrejas. Por este motivo, apesar de apelar a S. Tiago não tem as suas orações atendidas, além do fato de que não respeitava o tratado de Salvaterra dos Magos. O cronista enfatiza que na peleja o “Juízo de Deus” seria feito, isto é, Deus garantiria a vitória ao merecedor.

De acordo com Coelho (2008), o exército português estava mais bem posicionado, no alto e utilizou a tática do quadrado a pé, comandado por D. Nuno. Para Lopes essa batalha funcionou como uma espécie de ordália que consolidou a figura de D. João com seu caráter messiânico e carismático para governar Portugal.

Frei Pedro explica os milagres associados à Batalha de Aljubarrota. Inicialmente lembra o importante milagre da vinda do Frei da Barroca e sua ação de prever D. João como rei e salvador de Portugal. Depois ele parece questionar um dos milagres ocorridos, que é a aclamação de D. João por crianças, as quais, segundo o religioso, poderiam ter sido ensinadas pelos pais.

Logo depois, porém o frei apresenta um milagre incontestável da escolha divina sobre o rei: é a sua aclamação por um bebê de oito meses que se levanta no berço e brada: “Portugal, Portugal, pelo rei D. João” (CDJ, 1990, II: 125). Isso realmente seria um verdadeiro prodígio uma vez que pela sua pouca idade a menina ainda não sabia falar. Portanto, as figuras dos freis Rodrigo e Pedro, através da enumeração e explicação dos milagres, confirmam os elementos messiânicos de D. João I na crônica dedicada a ele.

*

Como foi possível observar neste artigo a análise das relações de poder é essencial para a compreensão da chamada Nova História Política. Neste sentido, o estudo dos símbolos relacionados ao primeiro monarca avisino, associado ao messianismo e a uma série de milagres, nos auxiliam a compreender a ascensão ao poder de um novo grupo político, que buscou se afirmar através de vários elementos. No plano material se consolidou através da realização de guerras, tanto contra Castela, como através da Expansão Marítima, iniciada com a Conquista de Ceuta (1415).

Também buscou a consolidação no campo simbólico, com a construção da imagem do seu primeiro monarca como um governante ideal, escolhido por Deus e por isso, o rei da Boa

Memória. Assim, D. João e sua Dinastia foram legitimados por Deus (através dos milagres), pelo povo português (consagrando o novo governante pelas suas qualidades, através do seu carisma do poder) e, por fim, pela cidade de Lisboa, associada à Virgem Maria, o que garantiria a esta nova dinastia sucesso nos planos terreno e divino.

REFERÊNCIAS

Fonte

FERNÃO LOPES, Fernão. **Crónica de D. João I (CDJ)**. Edição preparada por M. P. Lopes de Almeida e Magalhães Basto. Lisboa: Livraria Civilização, 1990, 2 vols.

Estudos

- AMADO, Teresa. **Fernão Lopes, contador de História**. Lisboa: Estampa, 1991.
- AMADO, Teresa. Crónica de D. João I. In: LANCIANI, Giulia e TAVANI, Giuseppe (org. e coord.). **Dicionário de Literatura Galega e Portuguesa**. Lisboa: Caminho, 1993, p. 180-182.
- COELHO, Maria Helena. **D. João I**. Lisboa: Temas e Debates, 2008.
- COMBY, Jean. **Para Ler a História da Igreja. Das Origens ao Século XV**. Rio de Janeiro: Loyola, 1996.
- FERREIRA, Maria da Conceição. Imagens dos Reis na Cronística Medieval. In: MORENO, Humberto Baquero (coord.). **História de Portugal Medieval**. Lisboa: Universidade Aberta, 1995.
- FRANÇA, Susani L. **Os Reinos dos Cronistas Medievais. Século XV**. São Paulo: Annablume, 2006.
- FRÓES, Vânia L. Teatro como Missão e espaço de encontro de culturas. Estudo comparativo entre o Teatro português e brasileiro do século XV. In: Congresso Internacional de História – Missionação Portuguesa e Encontro de Culturas. **Actas**. Universidade Católica Portuguesa, Braga, p.183-202, 1993.
- GUIMARÃES, Marcela L. A Sétima Idade de Fernão Lopes: novo tempo para os Príncipes de Avis? In: DORÉ, A.; LIMA, L.F.S.; SILVA, L.G. **Facetas do Império na História: conceitos e métodos**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008, p. 199-209.
- LE GOFF, Jacques. “A História Política Continua a ser a Espinha Dorsal da História? In: ID. **O Imaginário Medieval**. Lisboa: Estampa, 1994.
- MARQUES, A. H. de Oliveira. Fernão Lopes. In: SERRÃO, Joel (Dir.). **Dicionário de História de Portugal**. Porto: Livraria Figueirinhas, 1976.
- MARQUES, A. H. de O. **Portugal na crise dos séculos XIV e XV**. Lisboa: Presença, 1986.
- MALEVAL, Maria do Amparo T. **Fernão Lopes e a Retórica Medieval**. Niterói: Eduff, 2010.
- MONGELLI, Lênia Márcia (Coord.). **A Literatura Doutrinária na Corte de Avis**. São Paulo: Martins Fontes,
- MONTEIRO, João Gouveia. **Fernão Lopes. Texto e Contexto**. Coimbra: Minerva, 1988.
- NIETO SORIA, J. M. **Fundamentos ideológicos del poder real en Castilla (siglos XIII-XVI)**. Madrid: Eudema Universidad, 1988.

REBELO, Luís de Sousa. **A concepção de poder em Fernão Lopes**. Lisboa: Livros Horizonte, 1983.

SARAIVA, António José. **Crepúsculo da Idade Média em Portugal**. Lisboa: Gradiva, 1988.

TREVISAN, Mariana B. A Cidade “Genderizada”: Lisboa e o Contexto de Afirmação Política da Dinastia de Avis no Século XV. **Historiæ**, Rio Grande, 3 (2), p. 214-227, 2012.

VENTURA, Margarida Garcez. **O Messias de Lisboa. Um Estudo de Mitologia Política (1383-1415)**. Lisboa: Cosmos, 1992.

TREVISAN, Mariana B. A Cidade “Genderizada”: Lisboa e o Contexto de Afirmação Política da Dinastia de Avis no Século XV. **Historiæ**, Rio Grande, 3 (2), p. 214-227, 2012.

Disponível em:

<https://www.seer.furg.br/hist/article/view/2640>

Acesso em 20/06/2017.

ZIERER, A. M.S. O Anticristo e o Messias na *Crónica de Dom João I*, de Fernão Lopes (século XV). In: MAGALHÃES, Ana Paula; LIMA, Marinalva S. (Orgs.). **Cotidiano, Poder e Relações Sociais entre a Antiguidade e a Idade Média**. Maringá, Eduem, 2016, p. 285-310.

ZIERER, A. M. S. Forças Diabólicas e Cristãs: confronto e poder na Crónica de D. João I, de Fernão Lopes, **Signum**, 2015, v. 16, n. 1, p. 102-130.

Disponível em: <http://www.abrem.org.br/revistas/index.php/signum/article/view/173/149>

Acesso em 14/08/2017.

ZIERER, Adriana. D. João I, o iniciador da Dinastia de Avis entre a identidade portuguesa e a alteridade, **Dimensões**, Vitória (UFES), vol. 33, p. 36-60, 2014.

Disponível em:

www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/download/9093/6401

Acesso em: 14/08/2017.

ZIERER, Adriana. Fernão Lopes e seu papel na construção da imagem de D. João I, o rei da Boa Memória, **Opsis**, Catalão, v. 12, nº 1, jan-jun 2012, p. 269-293.

Disponível em:

<https://doi.org/10.5216/o.v12i1.18311>

Acesso em: 14/08/2017.

ZIERER, Adriana. Disciplinando Pedagogicamente a Nobreza: o *Livro de Montaria*, Maringá, **Imagens da Educação**, v. 2, n. 1, 2012b, p. 19-24.

Disponível em:

<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ImagensEduc/article/view/15810/8704>

Acesso em: 14/08/2017.

ZUMTHOR, Paul. **A Letra e a Voz**. A “literatura” medieval. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.